

| 37 | UNIVERSIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS DE MORADIA: PENSANDO FORMAS DIVERSAS DE INTERAÇÃO

Luciana Corrêa do Lago

Dentre as políticas redistributivas que começaram a ser propagadas no país a partir da última década, estão os programas federais de financiamento para empreendimentos habitacionais autogeridos por organizações comunitárias, muitas delas vinculadas a movimentos sociais de moradia com atuação em escala nacional. O resultado tem sido a significativa expansão da produção autogestionária no Brasil, especialmente através de cooperativas, somando cerca de 40 mil unidades habitacionais contratadas pela Caixa Econômica Federal no período 2004 - 2012. Os avanços qualitativos e quantitativos dessa forma de produção do ambiente construído urbano vêm sendo evidenciados em pesquisas acadêmicas recentes, porém, tais avanços apresentam forte concentração em alguns estados, como São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiás e ainda diferenças significativas entre os estados, no que se refere aos processos de elaboração e produção dos empreendimentos e a própria qualidade da habitação produzida coletivamente. Essas diferenças podem ser explicadas por três fatores principais: (i) as formas de organização e a capacidade de mobilização das associações comunitárias e dos movimentos sociais envolvidos, (ii) a presença e o perfil das assessorias técnicas e (iii) a atuação das instâncias governamentais locais, estaduais e federais envolvidas com os programas para autogestão.

O objetivo da Sessão Livre é provocar o debate sobre os possíveis papéis a serem desempenhados pelas universidades no campo reflexivo e prático da autogestão urbana, no sentido de potencializarem as ações dos diferentes agentes que interagem nesse campo, a saber, organizações comunitárias, assessorias técnicas em arquitetura, direito, serviço social, contabilidade, gestão pública e engenharia e profissionais dos órgãos públicos atuando na política urbana-habitacional. A justificativa para essa proposta se sustenta em duas evidências apontadas pela pesquisa em curso sobre a produção habitacional por autogestão coletiva no Brasil, no âmbito do Observatório das Metrópoles/IPPUR/UFRJ.

A primeira evidência se refere à necessidade de qualificações profissionais multidisciplinares que possam responder às exigências postas pelos programas de financiamento voltados diretamente para associações comunitárias. Assessorar projetos dessa natureza é uma experiência de trabalho multidisciplinar, na qual é necessário dialogar e trabalhar em conjunto com pessoas de outras áreas, bem como de outros níveis sociais, já que o serviço é prestado para famílias de baixa renda. Essas qualificações exigem novas aprendizagens teóricas e pedagógicas entre intelectuais, organizações sociais populares e gestores públicos. Gestores da Caixa apontaram na pesquisa realizada, a urgência em se ampliar e qualificar técnicos, sejam lideranças ou profissionais graduados, para atuarem em projetos autogestionários. A esse respeito, foi destacada a necessidade de se incentivar jovens universitários a trabalharem nesse campo de atuação.

A questão que se coloca é a ausência dessa temática nos currículos regulares e nos cursos de especialização e extensão universitários. Esse é o caso da formação em arquitetura e urbanismo, que será discutida na sessão, onde há pouca repercussão das experiências de autogestão na produção da moradia no ensino de projeto. A ênfase na produção autoral estimula o estudante na reprodução de uma prática que ratifica uma suposta superioridade técnica. Há ainda uma subordinação cultural à produção de países que enfrentaram a questão habitacional com mais eficiência. Se o fosso econômico e educacional existente entre a população pobre brasileira e os técnicos já dificulta a construção do diálogo, a idealização do espaço habitacional por arquitetos-urbanistas impõe uma barreira que tende a travar a

perspectiva de comunicação na realização de projetos autogeridos. Além disso, a abordagem multidisciplinar, essencial na compreensão e formulação de projetos orientados por uma outra racionalidade que não a capitalista, ainda é um desafio nos cursos universitários.

A segunda evidência diz respeito ao saber acumulado pelos movimentos sociais urbanos ao longo da luta (material e simbólica) pela “moradia digna”, trazendo para o debate público novos conteúdos para essa noção. Em São Paulo, onde os mutirões organizados por movimentos assessorados por profissionais já somam trinta anos, a luta pela moradia contém hoje uma extensa lista de necessidades entendidas como “básicas”: rede de infraestrutura, linhas de ônibus, creche, escola, posto de saúde, parque, equipamentos de esporte e lazer, agência bancária, comércio diversificado, beleza do imóvel, qualidade da construção e do projeto de arquitetura e tamanho do imóvel adequado ao tamanho da família. O resultado prático dessa formulação é a expansão de experiências habitacionais autogeridas coletivamente no Brasil, financiadas com recursos públicos, que se estendem por práticas educativas, culturais e de trabalho produtivo. Em síntese, a noção de moradia passa a conter a cidade. Isso porque as discussões e decisões coletivas em todas as etapas da empreitada ampliam o campo de alternativas em diversas dimensões da vida urbana.

Portanto, a introdução da temática da autogestão nos currículos acadêmicos implicará na revisão crítica dos parâmetros de bem-estar urbano e de habitação popular instituídos e moralmente aceitos nas sociedades capitalistas, parâmetros esses produto de uma racionalidade produtiva orientada pelo mercado. Nesse sentido, a sessão tem a intenção de fomentar o debate sobre questões resultantes da formação idealizada do espaço do habitar, como o desconhecimento da realidade das práticas socioespaciais dos moradores e a consequente imposição de regras funcionais e modelos estéticos.

Os quatro trabalhos reunidos na sessão são complementares e, com base em experiências práticas em curso no Brasil e em outros países latino-americanos, buscarão apresentar propostas de interação entre as universidades e os demais agentes envolvidos nos projetos autogestionários. O primeiro trabalho discutirá uma proposta de inserção da temática da autogestão urbana nos currículos acadêmicos com base numa experiência de disciplina prática sobre Autogestão urbana no curso de graduação em Gestão Pública. O segundo trabalho propõe avaliar em que medida a formação universitária prepara o futuro arquiteto-urbanista para trabalhar como assessor técnico de movimentos sociais na luta pela moradia. O terceiro trabalho abordará de forma crítica a formação universitária no Brasil, a partir da experiência de uma organização não governamental, a Fundação Bento Rubião, voltada para a assistência técnica de projetos habitacionais autogeridos nas áreas jurídica, social e de arquitetura. Por fim, o quarto trabalho apresentará uma experiência de interação universidade – movimentos sociais na Argentina, desenvolvida no Instituto del Conurbano, da Universidad Nacional General Sarmiento, que tem como proposta a formação do pensamento crítico atrelada à prática dos movimentos sociais.

Palavras-chave: movimentos sociais; autogestão habitacional; formação universitária

A AUTOGESTÃO URBANA NUMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR: UMA PROPOSTA CURRICULAR.

Luciana Corrêa do Lago

Resumo

O trabalho tem a intenção de apresentar e discutir uma proposta de inserção da temática da autogestão urbana nos currículos acadêmicos dos cursos de gestão pública, arquitetura, serviço social, ciências sociais, economia, direito, engenharia e contabilidade. Tal proposta se justifica frente ao quadro político-institucional recente no Brasil, onde programas de financiamento para práticas autogestionárias começaram a ser implementados, exigindo novas qualificações profissionais multidisciplinares e impulsionando novas aprendizagens teóricas e pedagógicas entre intelectuais e organizações sociais populares.

A proposta foi formulada a partir de duas experiências acadêmicas em curso no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. A primeira é a pesquisa, desenvolvida no âmbito do Observatório das Metrôpoles, sobre a produção habitacional por autogestão coletiva no Brasil, financiada pelo Ministério das Cidades a partir de 2004. A segunda é a disciplina prática sobre Autogestão urbana no curso de graduação em Gestão Pública.

Palavras-chave: autogestão urbana, multidisciplinaridade, currículo acadêmico

ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO E A AUTOGESTÃO: DESAFIOS PEDAGÓGICOS PARA A REALIZAÇÃO DE UM PROJETO COOPERATIVO.

Luciana da Silva Andrade

Resumo

O objetivo do trabalho é discutir em que medida a formação universitária prepara o futuro arquiteto-urbanista para trabalhar como assessor técnico de movimentos sociais na luta pela moradia.

Embora se possa considerar a expressividade qualitativa da realização da moradia por autogestão no Brasil, há pouca repercussão destas experiências no ensino de projeto. A ênfase na produção autoral estimula o estudante na reprodução de uma prática que ratifica uma suposta superioridade técnica. Há ainda uma subordinação cultural à produção de países que enfrentaram a questão habitacional com mais eficiência. Se o fosso econômico e educacional existente entre a população pobre brasileira e técnicos já dificulta a construção do diálogo, a idealização do espaço habitacional por arquitetos-urbanistas impõe uma barreira que tende a travar a perspectiva de comunicação na realização de projetos autogeridos.

A discussão proposta será realizada a partir da avaliação da estrutura para o ensino do projeto de arquitetura-urbanismo na FAU-UFRJ e sua compatibilidade para o desenvolvimento de metodologias pedagógicas comprometidas com a formação de assessorias técnicas. Serão também debatidas questões resultantes da formação idealizada do espaço do habitar, como o desconhecimento da realidade das práticas socioespaciais dos moradores e a consequente imposição de regras funcionais e modelos estéticos. Neste contexto está a questão da arquitetura entendida como um produto. Como ilustração, será realizada uma análise da experiência de assessoria técnica realizada pela associação Chiq da Silva, que desenvolveu intuitivamente uma metodologia participativa para a realização de projetos com moradores de ocupações do centro do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: assessoria técnica, formação do arquiteto-urbanista, arquitetura participativa

FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA PARA OUTRA FORMA DE SE PRODUZIR
CIDADE: UMA EXPERIÊNCIA MULTIDISCIPLINAR DE ASSESSORIA PARA
AUTOGESTÃO.

Ricardo Gouvêa

Resumo

O objetivo do trabalho é problematizar a formação universitária no Brasil a partir da experiência de uma organização não governamental (ONG) voltada para a assistência técnica de projetos habitacionais autogeridos. A Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (FCDDHBR) é uma ONG que apoia a luta e organização popular em busca do autodesenvolvimento. Neste sentido, no campo da habitação, além de influenciar na construção das políticas públicas, a FCDDHBR tem assessorado movimentos sociais de moradia em projetos de produção habitacional por autogestão, que ganharam fôlego com o lançamento de programas públicos como o Crédito Solidário e o Minha Casa Minha Vida. Estes programas exigem assessoria técnica em, no mínimo, arquitetura, engenharia, serviços jurídicos, contabilidade e assistência social.

Portanto, assessorar estes projetos é uma experiência de trabalho multidisciplinar, na qual é necessário dialogar e trabalhar em conjunto com pessoas de outras áreas, bem como de outros níveis sociais, já que o serviço é prestado para famílias de baixa renda. No entanto, nesse processo, observamos que há poucos profissionais interessados e preparados para atuar neste “nicho” do mercado de trabalho. Consideramos que isto acontece muito em função da proposta pedagógica de formação nas universidades, cuja dimensão mercadológica é muito mais forte que a emancipatória. Por que não existem disciplinas obrigatórias de assessoria jurídica popular, gestão de projetos sociais, projetos de habitação popular? Qual profissional que as universidades, especialmente as públicas, estão querendo formar? Qual a proposta para transformar a sociedade desigual em que vivemos?

Palavras-chave: Assessoria técnica, autogestão habitacional, formação universitária

INTERAÇÕES UNIVERSIDADE - MOVIMENTOS SOCIAIS NA ARGENTINA: AS
EXPERIÊNCIAS DO INSTITUTO DEL CONURBANO E DO MOVIMIENTO DE
OCUPANTES E INQUILINOS EM BUENOS AIRES.

Irene de Queiroz e Mello

Resumo

A partir de uma visita a Buenos Aires e ao Conurbano (Região Metropolitana) para conhecer experiências de autogestão urbana, identificamos que há interações orgânicas entre as universidades e os movimentos sociais de moradia e pudemos perceber impactos qualitativos tanto nos projetos arquitetônicos e na formação política dos movimentos sociais, como na própria formação dos estudantes universitários.

Partindo da universidade, será exposto o caso do Instituto del Conurbano, da Universidad Nacional General Sarmiento, que tem como proposta a formação do pensamento crítico atrelada à prática dos movimentos sociais. Um exemplo paradigmático é a existência de uma

disciplina obrigatória para todas as carreiras, que tem como produto final uma demanda de algum movimento popular, acertada previamente entre as lideranças e os professores.

Com enfoque nos movimentos, será apresentado o Movimiento de Ocupantes e Inquilinos (MOI), que produz moradia por autogestão coletiva nas áreas centrais de Buenos Aires e tem um arquiteto como sua liderança principal. Ele iniciou sua carreira como professor da Universidad Nacional de la Plata, onde lecionou uma disciplina voltada para produção de habitação junto aos movimentos sociais. É possível perceber nas experiências do MOI a qualidade dos projetos arquitetônicos, tanto no que diz respeito à flexibilidade das unidades habitacionais, em função das necessidades de cada família, quanto na beleza da fachada e na adequação do estilo à região. Além disso, também vale destacar a metodologia da ação do MOI, desde a formação política até a finalização das moradias.

Palavras-chave: América latina, habitação popular, movimento social